

28 FEV 1988

Confronto

Governadores apóiam Constituinte, diz Quércia

Janio de Freitas

A conspirata

A aceleração enfim obtida pela Constituinte livrou-a da crise terminal que a rondava, pelo desgaste decorrente do imobilismo e das transações desmoralizantes entre Planalto e Centrão. Mas conduziu-a, e não por culpa sua, a outro cerco, este sem as justas razões do anterior e imensuravelmente mais grave em suas implicações. Tentam mesmo articular uma conspiração contra a Constituinte.

Ao vir a público, a proposta de "zerar a Constituinte" e substituí-la por uma comissão de supostos notáveis já tinha muito mais profundidade e ramificações do que uma simples sugestão descabida, como parecia ser. O terreno fértil que o "zeramento" encontrou na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo foi resultado de um trabalho prévio, parte já do plano conspiratório que definira a Fiesp como centro civil ideal, pela massa de recursos financeiros ali representados, para uma campanha grandiosa de desgaste inviabilizador da Constituinte.

A premissa que escolheu a Fiesp para porta-bandeira do "zeramento" ou liquidação da Constituinte foi tecnicamente irretocável: sempre intimidada pelo poder da Fiesp sobre seu faturamento publicitário, a maioria dos meios de comunicação se eximira de dar relevo às reações contrárias à proposta, tendendo a passar da participação passiva à ativa tão logo a campanha mostrasse seu potencial financeiro. Tudo devidamente revestido dos slogans tradicionais em que se irmanam livre iniciativa e democracia. Final previsto pelos civis e militares da reserva envolvidos na criação da trama: tangida pela campanha ("como em 64"), a caserna abandonaria a posição de espectadora. Extinta assim a Constituinte, enquanto um grupo escolhido a gosto preparava nova Constituição em quatro a seis meses, o presidente Sarney estaria já usufruindo de seu habitual lazer administrativo por mais três anos. Ou seja, até completar-se o mandato de seis.

É absolutamente certo que o deputado Ulysses Guimarães foi procurado por um portador de informações sobre a trama conspiratória. Recebida como um gesto esportivo de lançamento da sua candidatura à Presidência da República, a entrevista de Ulysses na terça-feira de Carnaval (aquela em que se remeteu a Pedro 1º e aos "três patetas", para dizer não acreditar que Sarney atentasse contra a Constituinte) foi, na verdade, um pronunciamento precipitado pelas informações sobre a trama. O que o levou também, a partir daquele momento, a iniciar providências para fazer com que a Constituinte caminhasse mais depressa do que a conspiração poderia fazê-lo.

Também o senador Jarbas Passarinho emitiu sucessivos indícios de possuir as informações que mobilizaram Ulysses, sendo disso um sinal inequívoco o longo discurso de análise e advertência que pronunciou na semana passada. Além destes, pelo menos um comentarista de política e

uns poucos constituintes, a quem Ulysses recorreu para colaborar na aceleração da Constituinte quase que a qualquer preço, receberam no mínimo as informações essenciais sobre a conspiração incipiente.

Não vieram daí, porém, as dificuldades encontradas pelos ponta-delaça da trama na Fiesp, para fazer o plano prosperar. Algumas outras federações estaduais da indústria, com destaque para o Rio de Janeiro, e a própria Confederação Nacional da Indústria mostraram-se de imediato refratárias a qualquer envolvimento com a manobra de "zerar a Constituinte". Esta resistência perturbou mas não debelou o núcleo conspiratório. Tanto que é conveniente considerar a proposta de suspensão das correções salariais por três meses, que vem de ser lançada na Fiesp, como uma das tantas programadas para fermentar mais o ambiente. O que não quer dizer, necessariamente, que o apresentador público da proposta não estivesse sendo usado, mas ciente do conteúdo político de seu ato. Significativa, no caso, foi a presteza com que o senador Albano Franco tratou de extrair de uma reunião da CNI, por ele presidida, a recusa desta entidade nacional à proposta originária da Fiesp.

O recurso do presidente Sarney ao Supremo Tribunal Federal, caso a Constituinte lhe conceda quatro anos de mandato, figura como complemento ou alternativa na trama. Nela é dado como muito provável que o Planalto obtivesse do STF, por injunções não-jurídicas cuja triste possibilidade é preciso admitir, uma resposta que lhe fosse favorável ou, quando menos, com elementos suficientes para ser apresentada por Sarney como desautorizadora de uma decisão da Constituinte pelos quatro anos. O jornalista Ricardo Noblat já recolheu do senador e coronel Jarbas Passarinho esta afirmação: "Nesse caso (recusa de reconhecimento do STF à soberania da Constituinte para puxar o atual mandato), não tenha dúvida de que os militares assegurariam o respeito à decisão da Justiça". Está longe de ser o único a dizê-lo, embora o seja quanto a dizê-lo de público.

Os articuladores da trama nem vão tão longe. Partindo de uma conclusão do STF que não fosse taxativa, mas capaz de permitir que um lado a interpretasse assim, entendem eles que não seria esperável ou necessário, em tal situação, contar com "os militares". Bastaria contar com o comando de um dos exércitos regionais para criar um caso semelhante ao que garantiu, em 61, a posse de João Goulart. E mencionam que comando e que exército regional, a seu ver, tenderiam a aceitar tal papel.

Não há qualquer elemento indicativo de que algum dos ministros militares ou altos oficiais da ativa se tenham envolvido com a trama. Até ao invés disso, sabe-se que o general Leonidas Pires Gonçalves não inspira confiança a certa parte dos maníacos da conspiração.

ANDREW GREENLEES

Da Sucursal de Brasília

"Conversei com quase todos os governadores e há disposição de todos em prestigiar as definições da Constituinte", afirmou ontem, em Brasília, o governador de São Paulo, Orestes Quércia, ao comentar a possibilidade de o presidente José Sarney recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir o mandato de seis anos. "Esta questão não deve ir ao STF", disse, mais tarde, à Folha. Ainda segundo Quércia, haverá uma real ameaça à transição democrática "se vier o caos na economia". Para o governador, o caos, ou "drama", acontecerá se a inflação ultrapassar os 20% ao mês.

O governador almoçou com o presidente do Congresso constituinte, da Câmara e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães (SP), que pediu a opinião de Quércia sobre os mais recentes acontecimentos. Ulysses terá um encontro hoje com o presidente Sarney. "Todo empenho agora deve ser no sentido de serenar os ânimos", declarou Quércia, depois do almoço.

Durante toda a entrevista, o governador sublinhou que o mandato será decidido por deputados e senadores e por nenhuma outra instância. "Aquilo que ficar definido pela soberania da Constituinte será respeitado por todos nós", disse. "A soberania da Constituinte é algo definitivo", acrescentou. Quércia afirmou ainda acreditar que "esta é a interpretação do presidente da República, que tem a máxima disposição de respeitar as definições da Constituinte".

Quércia comentou também as declarações do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, para quem eleições presidenciais em 88 gerariam instabilidade política, e respaldando a tese jurídica do mandato de seis anos. "O ministro do Exército tem todo o direito de manifestar sua opinião pessoal e eu não vejo nada de grave nisso", declarou o governador.

Insistindo na linha de "prestigiar a Constituinte", Quércia apoiou as declarações do governador de Per-



Quercia e Ulysses, após almoçarem na casa do ministro Renato Archer

nambuco, Miguel Arraes, no sentido de que a definição do mandato "é questão política". Sobre a possibilidade de os governadores formarem um movimento de respaldo às decisões constitucionais, Quércia foi enfático: "Isto já existe". Ele citou os governadores Moreira Franco (RJ), Newton Cardoso (MG) e Waldir Pires (BA).

Segundo o governador, temas como o mandato e o sistema de governo são menos importantes do

que a transição democrática em si. Pelo raciocínio do governador, os líderes políticos devem agir, daqui para frente, baseados nesta constatação. "Devemos todos somar em favor do Brasil e isto significa levar a transição até o final". Pessoalmente, o governador reafirmou sua defesa do mandato de quatro anos para todos os presidentes, com possibilidade de reeleição. Outro esforço para a manutenção da estabilidade, diz Quercia, está na agilitação dos trabalhos constitucionais.

Ulysses diz que vai se encontrar com Sarney

Da Sucursal de Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reúne-se hoje, no Palácio da Alvorada, com o presidente José Sarney, para procurar encontrar uma saída para o impasse entre o Executivo e o Congresso constituinte, que surgiu com a questão do mandato. Ulysses pedirá a Sarney que aceite a decisão da Constituinte, mesmo que seja pelos quatro anos.

Ontem, o deputado voltou a conde-

nar qualquer iniciativa do governo em apelar ao Supremo Tribunal Federal (STF) para garantir um mandato de seis anos. "A Constituinte está acima de todos os poderes, do Executivo e do Judiciário", afirmou Ulysses. "Ela (a Constituinte) está sob a guarda do Supremo, que existe para guardá-la e não para estuprá-la".

Ulysses disse acreditar que os ministros do STF acatarão o texto aprovado pelo Congresso constituin-

te, porque "uma Constituição desrespeitada é um papel roto".

As declarações foram feitas após encontro com o governador de São Paulo, Orestes Quercia, de quem Ulysses ouviu a garantia de que os governadores sustentam esta posição. O almoço foi na casa do ministro Renato Archer, vizinho de Ulysses, que estava no Rio. A casa do presidente do Congresso constituinte estava ocupada com uma recepção oferecida por sua mulher, Mora.

Líderes do PMDB afirmam estar tranquilos

Da Sucursal de Brasília

O senador José Richa (PMDB-PR) disse ontem que o clima de "terrorismo" que se originou principalmente do Palácio do Planalto, nesta última semana, diminuiu bastante ontem. O principal fator de tranquilidade dos líderes do PMDB foi uma leitura mais atenta da entrevista do ministro do Exército, general Leonidas Pires Gonçalves, na sexta-feira. "É opinião antiga, não é nova", disse Richa, amigo pessoal do ministro sobre a sua entrevista. "Estou tranquilo", acrescentou. "Não é a primeira vez, ele disse o que sempre diz", afirmou o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP). "Ele já tinha dito isso há duas semanas", acrescentou o deputado Fernando Lyra (PMDB-PE).

A calma com que os peemedebistas falaram ontem da entrevista de Leonidas contrasta com o clima de ansiedade e quase pânico que tomou conta dos políticos de Brasília, na

sexta-feira à tarde. Sem saber exatamente quais foram as circunstâncias da entrevista, os dirigentes do partido misturaram nervosismo com cautela. "A situação é muito grave", disse sexta-feira o deputado Euclides Scalco (PMDB-PR). "Mas, primeiro, vamos ler exatamente o que ele disse", acrescentou.

Os boatos de que o Alto Comando do Exército teria divulgado uma nota condenando as eleições presidenciais este ano ou de que Leonidas teria feito um duro pronunciamento em defesa do mandato de seis anos para Sarney (como prevê a Constituição em vigor) assustou o PMDB. A exegese da entrevista, porém, foi no sentido contrário.

A observação de que "constitucionalmente o mandato de seis anos é líquido e certo", dita pelo general, não preocupou o partido. "Ele não podia dizer outra coisa, a Constituição atual prevê seis anos", disse Lyra. O deputado ressaltou outro

trecho da entrevista, no qual Leonidas evita entrar no mérito da soberania do Congresso constituinte para definir o mandato de Sarney, remetendo este assunto a juristas.

A afirmação de que a eleição presidencial este ano seria "da maior impropriedade" foi interpretada como sendo uma avaliação estrita, não política, de um militar que preferiria melhores condições para o pleito. O próprio Richa concordou com a interpretação estrita: "O ideal é que não houvesse eleição este ano, pois temos a legislação complementar e outros problemas. Mas como político, penso que não há como deixar de fazer a eleição este ano."

Para Cardoso um argumento usado pelo próprio general, o de que eleições sucessivas seriam prejudiciais, só reforçaria a oportunidade da eleição presidencial este ano, já que haverá eleições para prefeitos em novembro.

Sarney pensa em recurso ao STF desde 87

MAURO LOPES

Coordenador de Política da Sucursal Brasília

O projeto presidencial de utilizar o Supremo Tribunal Federal (STF) para assegurar seis (ou cinco) anos de mandato não é novo. Remonta a uma data entre março e abril de 1987, quando o Congresso constituinte, instalado em 1º de fevereiro, ainda engatinhava. Naqueles dias, Sarney, incentivado por vários de seus auxiliares, abandonou a postura de deixar ao Congresso constituinte a responsabilidade de definir a duração de seu mandato, renegou suas declarações por um mandato de quatro anos e decidiu lutar para ficar pelo menos cinco anos no Palácio do Planalto.

O plano de Sarney apareceu na Folha em 10 de junho de 87. Dizia a reportagem: "O presidente José Sarney tem uma estratégia pronta para o caso de não conseguir cinco anos de mandato no plenário do Congresso constituinte. Ele pretende, através de uma representação da Procuradoria Geral da República, levar o Supremo Tribunal Federal (STF) a se manifestar sobre a questão. Os juízes, de acordo com o plano presidencial, se manifestariam favoravelmente ao texto da atual Constituição, que estipula seis anos de mandato para Sarney. Escudado pela decisão do Supremo, o presidente provocaria um conflito de legalidade entre a decisão do STF e a Constituinte." A reportagem prosseguia afirmando que "a estratégia de emergência, como é conhecida no Palácio do Planalto, prevê também um pronunciamento dos ministros militares em apoio à manifestação do STF".

O primeiro movimento da estratégia confrontacionista do Planalto explodiu em 18 de maio, quando Sarney, em cadeia nacional de rádio e televisão, proferiu o "discurso do fico". Nele, afirmou com todas as letras: "O meu mandato é de seis anos." Disse também que abriria mão de um ano e decretou: "Deixarei, portanto, o governo em 1990."

As explicações para que Sarney tivesse mudado radicalmente de posição quanto à duração de seu mandato variam. Pelo menos um ex-colaborador direto do presidente da República, hoje afastado do Planalto e defensor de eleições em 88, garante que o círculo mais íntimo de Sarney é em grande parte responsável pela transformação: "Só há áulicos na curriola que cerca o presidente atualmente. Não há uma só pessoa que seja capaz de realizar uma ponderação, uma crítica, que seja capaz de expressar uma opinião contrária à do presidente. Os áulicos que o estimulam a considerar os seis anos como um direito adquirido, aproveitando-se inclusive da faceta mística do presidente para dizer-lhe que o destino escolheu-o, em função da morte de Tancredo, para salvar o país". Segundo este ex-auxiliar, "não há ego que resista a tantas loas e salamaleques".

O fato é que Sarney se convenceu de que, por direito, tem seis anos de mandato. No início de maio de 1987, quando ainda examinava a hipótese de fazer o discurso, o presidente recebeu o deputado Cid Carvalho (PMDB-MA) para um café da manhã. No encontro, desnudou-se a concepção, já arraigada no presidente. "Cid, eu tenho condições de definir o meu mandato, e o Congres-

so se quiser que parta para a usurpação do meu mandato", afirmou Sarney. A partir de então passou, cada vez mais, a se utilizar, em conversas íntimas, da palavra "usurpação" para qualificar as eleições presidenciais em 1988.

Resolvida a questão política (sob a ótica sarneyzista) com o discurso de 18 de maio, o roteiro para provocar uma manifestação do STF começou a ser articulado em detalhes. Alguns dias após o discurso, o procurador-geral da República, Sepúlveda Pertence, ofereceu a Sarney dois caminhos pelos quais se poderia obter uma manifestação do Supremo.

Pertence comunicou a Sarney que repousavam — e ainda repousam — sobre sua mesa uma petição do deputado Alvaro Valle (PL-RJ) e um pedido de representação do ex-deputado Jorge Carone (PMDB-MG), que poderiam levar a uma representação junto ao Supremo. A petição de Valle foi encaminhada ao STF em 5 de fevereiro de 1987, quando a questão da soberania do Congresso constituinte era debatida pelos parlamentares. O presidente do PL encaminhou-a ao então presidente do STF, José Carlos Moreira Alves, solicitando esclarecimentos sobre os limites da soberania do constituinte. No dia seguinte, Moreira Alves enviou-a à Procuradoria Geral da República, que tem competência para provocar uma manifestação daquela corte. O pedido de Carone é específico quanto à duração do mandato de Sarney. As duas peças ainda dormem sobre a mesa de Sepúlveda à espera de uma ordem presidencial para que sejam levadas ao Supremo.

Mandato

Fotos Lula Marques



Por que quatro anos

Deputado Victor Faccioni (PDS-RS): "Voto nos quatro anos por diversos motivos. Primeiro: Tancredo Neves e, depois, o próprio José Sarney manifestaram previamente disposição favorável à tese de que a conclusão da Constituinte encerra a transição política. Segundo: na legislação passada, votei na emenda Figueiredo que convocava eleições para 88. Terceiro: porque há um desgaste geral do governo e das lideranças políticas, por isso devem ser eleições gerais em 88."

Por que cinco anos

Deputado José Geraldo (PMDB-MG): "Cinco anos nas disposições permanentes da nova Constituição representam o prazo ideal. Na história republicana brasileira, os períodos de cinco anos tiveram mais sucesso. Então, também fico com os cinco anos nas disposições transitórias, para não discriminar o presidente José Sarney. Não se pode diminuir o mandato de um governo porque ele é ruim. Não voto um prazo menor porque o presidente vai mal."